IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E CONFLITO URBANO: PORTUGUESES DETIDOS NA CASA DE DETENÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1880-1930)

Charleston José de Sousa Assis
Leila Menezes Duarte

INTRODUÇÃO

Milhões de europeus cruzaram o Atlântico nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. O Rio de Janeiro, então capital do Brasil, está entre as cidades que mais se destacaram como destino daqueles que deixavam sua terra natal em busca de uma vida melhor naqueles anos. Dentre os milhares de estrangeiros que aportavam todos os anos naquela cidade, os portugueses eram, sem nenhuma duvida, o grupo majoritário.

A presença de estrangeiros no conjunto da população carioca é extremamente significativa. Para se ter uma idéia de sua importância, em 1906 os estrangeiros eram 25% dos habitantes da cidade – 210 515 indivíduos (dentre os quais 133 393 portugueses, isto é 63,4%), contra um conjunto de 600 928 brasileiros, em um total de 811 443 habitantes[1].

Lená Medeiros de Menezes chama atenção para o fato de que em 1872 os portugueses constituíam 76,3% dos estrangeiros residentes na capital do Império. De 63,4% em 1906, saltaram para 72,1% em 1920, donde se conclui que, em média, representavam ? do número total de imigrantes no Rio de Janeiro[2].

O exame de outros resultados de recenseamentos realizados no Brasil revela números surpreendentes. De acordo com Eulália Lobo, o censo de 1890 aponta um número de 120 983 cariocas filhos de pai e mãe portugueses, 2 895 filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37 325 de mãe brasileira e pai português. Imigrantes e descendentes diretos constituíam o impressionante número de 267 664 indivíduos, em uma população de 522 651 habitantes[3].

Tão intensa presença de portugueses no Rio de Janeiro deixou marcas indeléveis em áreas tão díspares quanto a arquitetura, os costumes, a culinária e mesmo o sotaque dos cariocas, apenas para citar alguns exemplos. É de se esperar, igualmente, que tenham tido sua presença registrada em documentos produzidos pelo Estado, que hoje se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), detentor de um acervo que contém, entre outros,

importantes documentos que tratam da imigração portuguesa, e das condições de vida e trabalho de portugueses e seus descendentes tanto na cidade quanto no estado do Rio de Janeiro.

A vinda de estrangeiros para o Brasil – ressalte-se, num contexto internacional extremamente favorável – deve ser entendida como uma política do Estado brasileiro que visava, entre outras coisas, o fornecimento de mão-de-obra principalmente para a lavoura, e mesmo o embranquecimento da população – com o que se esperava remover os obstáculos que atavam o país ao atraso que lhe fora legado pela miscigenação, de acordo com os pressupostos racistas da época.

A princípio, a tarefa de incentivar a imigração foi assumida pelo poder central do recém-criado Império brasileiro, cujo imperador era o português D. Pedro I (ou Pedro IV, entre os lusos). Entretanto, o papel de gestor do projeto de imigração foi atribuído às Províncias do Império pelo Ato Adicional de 1834 e, depois da instalação da República, em 1889, aos Estados (o que não quer dizer que o poder central tenha se eximido do assunto). Isto explica o grande volume de documentos que se encontra sob a custódia do APERJ, um órgão do Estado do Rio de Janeiro.

O ACERVO DO APERJ E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Detentor de um grande acervo proveniente de diversos órgãos públicos da província e do antigo estado do Rio de Janeiro, e do estado da Guanabara, o Arquivo Público guarda a memória político-administrativa e a memória social do Rio de Janeiro. A instituição custodia conjuntos documentais que datam do século XVIII aos nossos dias, com mais de 3 mil metros lineares, reunindo documentos textuais, mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfilmes.

Sobre o movimento de imigração portuguesa no Brasil, o acervo que se encontra no APERJ oferece inúmeras possibilidades de pesquisa. Para uma identificação prévia desse material passamos a listar e caracterizar brevemente os fundos nos quais os documentos sobre a imigração portuguesa estão reunidos.

O mais antigo é o Fundo Presidência da Província do Rio de Janeiro, compreendido entre 1756 e 1889, que reúne 90 metros lineares de documentos manuscritos de diversos órgãos administrativos da Província, entre códices e documentos esparsos, fotografias, plantas e mapas e registros de terras. Seus proprietários e os limites territoriais nas freguesias e municípios da Província, em meados do século XIX. Além do tema imigração, vale destacar que tais documentos fornecem informações sobre escravidão, questões agrárias, obras públicas, finanças, instrução pública, paróquias, irmandades, polícia, Poder Judiciário e Poder Legislativo municipal e provincial, que evidenciam, em muitos casos, notáveis semelhanças com os costumes, as instituições e o direito portugueses. Outro importante fundo é o da Presidência do Estado do Rio de

Janeiro, que abriga documentos produzidos entre 1889 e 1951, reúne 150 metros lineares de documentos manuscritos e datilografados de diversos órgãos estaduais, além de documentos cartográficos, dos mais variados assuntos.

Podemos destacar também o Fundo Instituto Médico Legal e o Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. O primeiro, compreendido entre 1907 e 1960, reúne cerca de 60 000 laudos referentes a Exames Cadavéricos (mortos) e 180 000 laudos de Exame de Corpo de Delito (vivos), num total de 350 metros lineares, contendo informações pessoais e sócio-profissionais dos periciados, incluindo os estrangeiros. O último, por sua vez, guarda documentos produzidos entre 1918 e 1983 e é composto de aproximadamente 2 milhoes e 500 mil fichas de identificação de atividades políticas; 750 metros lineares de documentos produzidos pela polícia política, e documentos e objetos apreendidos nas diligências policiais, além de 50 mil fotos, discos, fitas audiomagnéticas, filmes e microfilmes. Ressalte-se o registro de atividades políticas de portugueses pela polícia política brasileira.

Para esse trabalho, optamos por apresentar um de nossos fundos, o Fundo Casa de Detenção da Corte e do Distrito Federal, que tem sido utilizado como importante fonte para a historia social das classes subalternas, inclusive de escravos.

Nas palavras de Carlos Eugênio Líbano Soares, historiador brasileiro autor de alguns livros sobre escravidão, tais livros de registros de presos e outros que compõem o fundo são, *possivelmente, o maior repositório de informações pessoais sobre indivíduos das classes populares no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX*. O autor lembra que praticamente todos os temas de história social são encontrados nessas fontes[4]. Diante dessa constatação, pretendemos dar destaque a esse conjunto documental, haja vista ainda não termos tido registro de pesquisadores que recorreram a ele para pesquisas sobre estrangeiros no Rio de Janeiro.

FUNDO CASA DE DETENÇÃO: HISTÓRIA E ARQUIVO

A Casa de Detenção foi criada pelo decreto n.º 1774, de 02 de Julho de 1856[5], e instalada nas dependências da Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro, que atualmente recebe o nome de Penitenciária Lemos de Brito. Ela fazia parte do complexo penitenciário onde se encontravam também o Calabouço e a Casa de Correção, e foi criada para substituir o Aljube, uma antiga masmorra eclesiástica desativada por não atender mais as necessidades da Justiça[6]. Embora também pudesse abrigar presos condenados, sua principal função era manter detidos aqueles que ainda não tinham sido condenados ou tivessem cometido pequenos delitos sem pena[7]. A Casa de Detenção, hoje Presídio Milton Dias Moreira, era, portanto, utilizada primordialmente para detenções de curta duração.

De sua criação até 1889 esteve sob as ordens do Ministro da Justiça do Império. Com o advento da República passou a ser subordinada ao governo federal

até 1960, quando o Rio de Janeiro deixou de ser capital do Brasil. A partir daí pertenceu ao recém-criado estado da Guanabara até 1974, quando se deu a fusao com o estado do Rio de Janeiro, ao qual pertence até hoje.

Em 1990 o Presídio Milton Dias Moreira transferiu os livros da Casa de Detenção para o APERJ. Lamentavelmente, a documentação encontrava-se em péssimas condições de armazenamento e acondicionamento na penitenciária, sofrendo a ação de água, insetos e microorganismos com danos para o acervo. De lá para cá, o APERJ se esforça por, pelo menos, impedir que o material continue o processo de destruição que experimentava antes da transferência, tarefa dificultada pela falta de recursos públicos ou privados para a restauração e conservação do acervo, que vêm sendo realizadas muito lentamente, devido ao exposto.

Compreendendo os anos de 1860 a 1969, o fundo reúne 523 livros e cerca de 40 metros lineares de documentação avulsa. Compõe-se de livros de matrículas de homens e mulheres adultos, menores, pessoas livres e escravos, contendo as seguintes informações: nome, número de entrada, nacionalidade, filiação, cor da pele, razão da prisão, sinais característicos e descrição da vestimenta ao ser preso, entre outras. 445 livros registram a entrada e saída de detentos escravos, livres e libertos, 20 livros trazem os registros de mulheres, 30 de menores de 21 anos e 6 de presos políticos.

METODOLOGIA

Talvez pela complexidade do tema e do período em questão, bem como da própria amplitude das fontes, sugerir possibilidades de pesquisa se constitui uma difícil tarefa. Cientes, contudo, da riqueza do material que está sob nossa guarda, optamos por apontar alguns possíveis caminhos, ainda que corramos o risco de um equívoco ou outro. Todavia, julgamos que o risco seja aceitável, na medida em que tal apresentação seja capaz de chamar a atenção dos historiadores que se preocupam especialmente com o fenômeno da emigração portuguesa para o Brasil.

Selecionamos os 275 livros de registros de presos compreendidos entre os anos de 1880 e 1930, por terem sido anos de intensa emigração de portugueses para o Brasil. Desse total, 42 livros pertenceram à Casa de Detenção da Corte, e 233 eram da Casa de Detenção do Distrito Federal – os primeiros do período imperial, os últimos do republicano. Entretanto 45 livros não tiveram o seu manuseio recomendado em virtude de seu péssimo estado de conservação. Portanto, foram pesquisados efetivamente 230 livros, que cobrem um período de 50 anos.

Foram realizados dois tipos de pesquisa: uma quantitativa e uma qualitativa. A primeira consistiu no exame de todos os 230 livros que se acham em bom estado de conservação e dizem respeito ao período de 1880 a 1930. A pesquisa computou todos os portugueses maiores de 21 anos, de cor branca, e do sexo masculino. A opção por excluir as mulheres e os menores se deveu ao fato de ser aquele o grupo majoritário de portugueses que emigraram para o Brasil.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, foi realizada somente com os livros correspondentes aos anos de 1880, 1883 e 1885. Para tanto, foram criadas fichas que permitissem o recolhimento dos seguintes dados: idade, estado civil, instrução, origem, ocupação, delito e período de encarceramento. Acreditamos que tais dados podem auxiliar o pesquisador a encontrar respostas acerca da origem dos emigrantes arrolados nos livros, das suas condições materiais de subsistência, das relações sociais nas quais se inseriram, e mesmo do próprio universo cultural em que estavam imersos os portugueses no Rio de Janeiro, entre outras.

A escolha desses anos deveu-se à impossibilidade de pesquisarmos períodos mais extensos e por ser um período em que o sentimento antilusitano está em alta, alimentando conflitos que muitas vezes levavam tanto portugueses quanto brasileiros à prisão.

Foram 1 511 prisões de portugueses ao longo desses anos, incluindo algumas reincidências. Destes, 1 178 eram solteiros, 242 casados, 77 viúvos e 14 declararam outras situações, o que comprova a afirmação de Menezes de que *a imigração para o Rio de Janeiro, majoritariamente portuguesa, caracterizou-se pela grande presença de homens sós*[8]. Ribeiro também destaca o fato, apontando ainda para a juventude dos que emigravam[9]. De fato, 685 dos presos tinham idade entre 18 e 29 anos; entre 30 e 39 anos havia 445 presos; entre 40 e 49 anos havia 283 presos e entre 50 e 89 anos havia apenas 98 presos. Deve-se lembrar ainda que menores de 21 não foram computados, o que aumentaria enormemente os números a favor dos jovens.

Tabela 1

TABELA DE ESTADO CIVIL	
Solteiro	1 178
Casado	242
Viúvo	77
Outros	14
TOTAL	**1 511**

Tabela 2

TABELA DE IDADES	
18-29	685
30-39	445
40-49	283
50-59	79
60-69	18
70-79	0
80-89	1
TOTAL	**1 511**

Estes dois aspectos se relacionam com alguns dos problemas enfrentados pelos emigrantes, tais como a falta de mulheres portuguesas e a conseqüente disputa das mesmas com os brasileiros, fonte permanente de conflitos, *uma vez que a relação era de 319 imigrantes portugueses para cada 100 portuguesas que aqui chegavam*, segundo Marco Pamplona[10].

A origem dos emigrantes é também um dado que chama a atenção, e que também confirma o resultado de pesquisas realizadas. Eulália Lobo, por exemplo, revela que *o perfil do emigrante português era o do camponês das aldeias do norte sobretudo das regiões de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu (Minho, Douro, Beira Alta, Beira Litoral)*[11].

Lená Menezes é outra pesquisadora que aponta para o fato de que a maioria é oriunda do Norte de Portugal, ao mesmo tempo em que lembra haver portugueses, nos processos criminais que investigou, que não sabiam *indicar, com precisão, seus locais de nascimento, evidenciando a existência de relações profundas entre origem rural, pobreza e marginalidade*[12]. Por essa razão, muitos dos presos se identificam como originários de um distrito, outras vezes de uma cidade ou aldeia, outras ainda de uma circunscrição menor. Por isso optamos por reunir as localidades citadas por distritos, o que fica mais representativo das regiões de onde esses imigrantes se originavam. Assim observa-se que os destaques são: o distrito do Porto, de onde provêm 511 emigrantes, e Braga, com 363. Em seguida temos Viseu, com 75 imigrantes e Aveiro, com 60. As Ilhas dos Açores também aparecem com um alto quantitativo: 133 imigrantes. Foram declaradas 116 localidades de origem pelos detentos da Casa de Detenção no período observado.

Tabela 3

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
?	Aguardo	1
?	Aleamo	1
?	Algarve	3
?	Almada	1
?	Barreiros	9
?	Barros	1
?	Beira	1
?	Beira Alta	4
?	Caldas	1
?	Canção	2
?	Douro	5
?	Ferreira	1
?	Ferreiros	1

Cont.

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
?	Fondemar	1
?	Granja Nova	1
?	Lourenço	1
?	Louro	1
?	Mocau	1
?	Minho	35
?	Moinho	1
?	Mondego	1
?	Não consta	54
?	Palmeiras	1
?	Parada do Norte	1
?	Portela	1
?	Remalta	1
?	S.Bartolomeu da Esperança	1
?	São Cosme	3
?	São João Batista	2
?	São Miguel	43
?	São Pedro da Torre	1
?	São Romão	1
?	Tisco	1
?	Trás dos Montes	8
?	Travessa do Costa	1
Aveiro	Arouca	1
Aveiro	Aveiro	50
Aveiro	Conselho da Feira	1
Aveiro	Feira	1
Aveiro	Oliveira do Bairro	1
Aveiro	Castelo de Paiva	2
Aveiro	Vila da Feira	4
Bragança	Mirandela	2
Bragança	Bragança	1
Braga	Amares	1
Braga	Arcos de Valdevez	1
Braga	Barcelos	9
Braga	Bastos	27
Braga	Braga	234

Cont.

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
Braga	Caldas de Vizela	8
Braga	Canedo	1
Braga	Conselho Vieira	2
Braga	Fafe	3
Braga	Famalição	20
Braga	Guimarães	47
Braga	Lanhoso	1
Braga	Póvoa de Lanhoso	2
Braga	Vieira (do Minho)	5
Braga	Vizela	2
Coimbra	Cantanhede	1
Coimbra	Coimbra	20
Coimbra	Figueira	4
Faro	Faro	1
Leiria	Alcobaça	2
Leiria	Alcobaça	1
Lisboa	Ericeira	4
Lisboa	Lisboa	48
Lisboa	Penha Longa	1
Lisboa	Torre Vedras	2
Porto	Amarante	10
Porto	Avintes	2
Porto	Cedofeita	1
Porto	Lousada	2
Porto	Maia	1
Porto	Matosinhos	2
Porto	Paredes	5
Porto	Penafiel	11
Porto	Porto	449
Porto	Porto (Algores?)	1
Porto	(Vila N.de Gaia) Serra do Pilar	1
Porto	Póvoa de Varzim	1
Porto	Santo Tirso	6
Porto	Vila do Conde-Tougues	1
Porto	Valongo	4
Porto	Vila de Gaia	7

Cont.

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
Porto	Vila do Conde	6
Porto	Vila do Conde	1
Santarém	Santarém	3
V. do Castelo	Caminha	3
V. do Castelo	Coura	1
V. do Castelo	Monção	1
V. do Castelo	Monção	1
V. do Castelo	Ponte de Lima	7
V. do Castelo	Viana do Castelo	17
Vila Real	Chaves	11
Vila Real	Peso da Régua	1
Vila Real	Régua	1
Vila Real	Vila Real	12
Viseu	Lamego	25
Viseu	Rezende	1
Viseu	(Tabuaço)Távora	1
Viseu	Tondela	1
Viseu	Viseu	47
TOTAL		**1 346**

ILHAS	TOTAL PARCIAL
Ilha de São Miguel	27
Ilha do Faial	6
Ilha de Sá	1
Ilha de Santa Maria	1
Ilha de São Jorge	3
Ilha do Pico	8
Ilha Ferreira	4
Ilha Graciosa	1
Ilha Terceira	68
Açores	8
Faial	6
Ilha da Madeira (Funchal)	2
Ilha da Madeira	30

DISTRITOS	TOTAL PARCIAL
Não identicado	192
Aveiro	60
Bragança	3
Braga	363
Coimbra	25
Faro	1
Leiria	3
Lisboa	55
Porto	511
Santarém	3
Viana do Castelo	30
Vila Real	25
Viseu	75
Ilhas dos Açores	133
Ilha da Madeira	32
TOTAL GLOBAL	**1 511**

Outro aspecto que chama a atenção na pesquisa são as ocupações declaradas pelos detentos. Menezes afirma que *os portugueses pobres tiveram papel expressivo no mercado de trabalho do Rio de Janeiro, explicando por que no período de afirmação nacional, os ódios se voltaram para eles, principais concorrentes no comércio, na construção civil, nos transportes e na estiva*[13], com o que concorda Pamplona ao declarar que eles *eram de longe o maior número dentre os 58% de estrangeiros no comércio, ? dos trabalhadores registrados no sindicato dos Estivadores entre 1903 e 1905, 57% entre os motorneiros de bondes entre 1880 e 1902, 53% dos empregados na construção civil, 78% dos trabalhadores nas pedreiras, 62% dos inscritos no setor de transportes terrestres e 52% dos empregados nas indústrias de alimentos*[14].

Na pesquisa constatou-se que a maioria dos presos possuía profissões que exigiam pouca ou nenhuma qualificação, como carregadores (118), carroceiros (97), caixeiros (100), cocheiros (79) e curiosa categoria de trabalhador (353), a campeã das ocupações, que parece indicar algum tipo de trabalhador braçal e, talvez operário de fábrica ou mesmo trabalhador temporário, engajado em uma espécie qualquer de serviço urbano. Note-se que apenas estas cinco ocupações – de um total de 118 declaradas – somadas aos 35 detentos que disseram não possuir ocupação alguma, perfazem um total de 747 indivíduos, o que vem a ser quase metade do total de presos com ocupações de baixa remuneração. Se a essas se somarem outras profissões de baixa remuneração que ocupavam os imigrantes portugueses, chega-se facilmente às conclusões expostas pelos historiadores citados acima.

Tabela 4

TABELA DE OCUPAÇÃO	
Açougueiro	2
Adrecista	1
Aguadeiro	3
Ajudante de cocheiro	2
Ajudante de cozinha	3
Ajudante de ferrador	1
Ajudante de fundição	1
Alfaiate	27
Artista	1
Bahuleiro	1
Barbeiro	6
Bombeiro	6
Cachoeiro	0
Cafeteiro	4
Caixeiro	100
Caixoteiro	4
Calceteiro	1
Caldeireiro em cobre	1
Cambista	3
Canteiro	14
Capoeiro	1
Capoeiro	1
Capoteiro	1
Carista	1
Carniceiro	1
Carpinteiro	43
Carpinteiro/marceneiro	1
Carregador	118
Carregador de bóias	1
Carroceiro	97
Carteiro	5
Carvoeiro	4
Catraeiro	16
Cavouqueiro	1
Chacareiro	3

Cont.

TABELA DE OCUPAÇÃO	
Chapeleiro	6
Charuteiro	25
Cigarreiro	21
Cobrador	2
Cocheiro	79
Comerciante	4
Condutor	13
Condutor de bonde	1
Confeiteiro	3
Construtor	2
Copeiro	9
Corneiro	1
Correeiro	1
Correeiro	1
Costureiro	1
Cozinheiro	67
Criado	2
Curador	1
Doceiro	1
Empalhador	2
Empregado	1
Encadernador	2
Engenheiro	1
Estivador	12
Estocador	1
Ferrador	2
Ferreiro	31
Florista	1
Foguista	4
Forneiro	4
Fotógrafo	3
Fundidor	4
Funileiro	2
Ganhador	13
Ganho	2
Guardador de Livros	1

Cont.

TABELA DE OCUPAÇÃO	
instrumentista	1
Jardineiro	10
Lavrador	2
Limador	2
Litógrafo	2
Lustrador	1
Mahador de ferreiro	4
Malhador	2
Maquinista	1
Marceneiro	14
Marinheiro	7
Maritimo	47
Mergulhador	1
Negociante	14
Negoeiro	1
Oleiro	2
Ourives	3
Padeiro	49
pedrador	1
Pedreiro	22
Peixeiro	1
Pescador	14
Pintor	27
porteiro	1
Professor	1
Quitandeiro	13
remador	2
Sapateiro	43
Semente de cavalaria	1
Serrador	3
Serralheiro	4
Servente	3
Servente de hospital militar	1
Servente de pedreiro	1
Serviço-doméstico	1
soeteiro	1

Cont.

TABELA DE OCUPAÇÃO	
Tanoeiro	7
Tecelão	2
Tintureiro	1
Trabalhador	353
Vaqueiro	3
Vendedor de folhas	1
Vendedor de frutas	1
Vendedor de leite	1
Vendedor de livros	1
Vendedor de pão	1
Vidraceiro	1
Não possui	35
TOTAL	**1 511**

É bem provável que esta constatação corrobore a associação que Menezes evocou acima entre origem rural, pobreza e marginalidade no contexto específico da cidade do Rio de Janeiro no período em questão. Ela destaca que o baixo grau de instrução, a ausência de uma profissão, e ocupações ruins impediam a ascensão social dos emigrantes[15]. Cabe destacar que nem autora nem nós mesmos acreditamos numa associação automática entre pobreza e marginalidade. O caso do Rio de Janeiro é, entretanto, representativo de um quadro em que diversos fatores concorrem para lançar as pessoas na marginalidade. Inferno social foi a expressão utilizada por Nicolau Sevcenko para descrever a cidade na virada do século[16].

Menezes, em seu estudo sobre os integrantes das classes populares socialmente excluídos, levanta a hipótese de que os roubos, a vadiagem e a mendicância são devidos a dois problemas principais: a abolição e a grande imigração, pois fizeram aumentar a procura por trabalho. Ainda destaca que os estrangeiros estavam ligados a crimes que têm maior relação com a pobreza e o desemprego, com destaque para a vadiagem e a mendicância[17]. De fato, num universo de 145 tipos de crimes descritos pelos administradores ou seus ajudantes, responsáveis pelo registro de entrada e saída dos presos, aqueles relacionados como "vagabundagem" foram os maiores, com 608 ocorrências. Se somarmos a essa rubrica a de "embriaguez" teremos mais 258 imigrantes, o que confirma o que Lená Menezes já tinha observado em suas pesquisas,

> *na virada republicana e nas primeiras décadas do novo regime, portanto, um grande contingente de estrangeiros fixados na cidade estava constituído por imigrantes que chegavam pobres e permaneceram pobres. A maior parte*

> *deles tinha sérias dificuldades de sobrevivência, devido à sua baixa ou nenhuma qualificação profissional. Esta situação os sujeitava aos serviços mais pesados e de mais baixa remuneração, nos quais a concorrência era intensa e o desemprego e/ou a marginalidade constituíam possibilidades sempre presentes*[18].

Bem de acordo com as necessidades do capitalismo em implantação na capital do Brasil, houve por bem ao Estado tomar medidas para controlar a classe trabalhadora. Nesse sentido, o Código Penal de 1890 tipifica a vadiagem como crime nos seguintes termos:

> *Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes*[19].

Isto explica as prisões por vadiagem no período pesquisado, que se apresentam como um produto direto de situações como a experimentada pelos tecelões, que recebiam em 1890 entre 1$500 e 1$700, quando oito anos antes recebiam entre 2$000 a 4$000[20].

Tabela 5

MOTIVOS DE PRISÃO	
acusação de ferimentos	1
agressão	7
agressão a escravo com faca	1
agressão armada de navalha	2
agressão e espancamento	1
ameaças	4
apitar sem motivo	1
bater nas portas	1
capoeira	3
curandeirismo	1
dano	3
dar fuga a um preto	1
desobediência à autoridade	3
desordem	224
desordem com assinatura de termo	6
desordem e capoeira	3
desordem e desobediência à autoridade	1

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
desordem e embriaguez habitual	1
desordem e palavras obscenas	4
desordem e tumulto	1
desordem e uso de armas	5
desordem habitual	2
desordem e agressão	2
desordem e ameaças	1
desordem e ferimentos	3
desordem e injúrias	1
desordem e insultos	2
desordem e resistência	1
desrespeito à patrulha	6
desrespeito e desordem	1
desrespeito aos andantes	1
dormir na rua	6
em juízo de modo inconveniente	1
embriaguez	49
embriaguez e não ter licença para ganho	1
embriaguez e obscenidades	1
embriaguez e mendicância	1
embriaguez e furto	1
embriaguez habitual	21
embriaguez habitual e desordem	2
embriaguez habitual e vagabundagem	6
embriaguez, desordem	1
embriaguez e agressão	1
embriaguez e desordem	160
embriaguez e ferimentos	1
embriaguez e insultos	2
embriaguez e obscenidades	4
embriaguez e quebra de termo	1
embriaguez e saltar em quintal	1
embriaguez e tumulto	2
embriaguez em flagrante	1
embriaguez, desordem e uso de armas	1

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
embriaguez, vagabundagem e furto	1
escapamento e desordem	1
estelionato e furto em flagrante	1
estelionato vagabundagem	1
estelionato em flagrante	1
evasão e regresso de deportação	1
falta de conversão de fiança provisória	4
falta de pagamento de multas	1
falta de respeito ao rondante	2
falta de respeito a comandante	2
falta de respeito a autoridade	1
Ferimentos	18
freqüentador de casa de jogos	1
fuga do trabalho	1
Furto	77
furto e estar respondendo processo	1
furto em flagrante	3
furto e tentativa de roubo	1
ganho sem licença	3
guardar objeto furtado	1
Homicídio	2
homicídio em flagrante	3
infração do termo	23
infrações de posturas municipais	4
injúrias e ameaças	1
injúrias e palavras obscenas	1
Insultos	6
insultos a um oficial	1
insultos e desordem	1
invasão à casa alheia	5
Jogador	3
luta corporal	7
oculto em um carregador	1
oculto em uma casa	1
ofensa a guarda	1

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
ofensa a juiz	1
ofensa moral	3
ofensas físicas	38
ofensas físicas em flagrante	15
oposição à prisão de um indivíduo	3
oposição a um juiz	1
palavras obscenas e atos imorais	8
prática de atos imorais	5
prisão para assinar termo	8
prisão para averiguação	1
prisão para processo	3
prisão para tratamento	1
prisão por ser de condição duvidosa	1
querer iludir um indivíduo	1
resistência em flagrante	6
Roubo	5
roubo em flagrante	1
sem domicílio	2
sem documento de trabalho	3
sofrer de alienação mental	1
suspeita de diversos crimes	1
suspeita de roubo	1
suspeita de furto	6
tentativa de furto	1
tentativa de homicídio	3
tentativa de homicídio em flagrante	1
tentativa de roubo	2
ter pisado com o bonde que conduzia	1
Tumulto	2
uso de armas	8
uso de armas e embriaguez	1
uso de armas	1
uso de armas e resistência	1
uso de nome suposto	1
Vagabundagem	354

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
vagabundagem e jogatina	9
vagabundagem e uso de armas	3
vagabundagem e acusação de furto	1
vagabundagem/ assinatura de termo	1
vagabundagem e capoeira	4
vagabundagem/ jogo	2
vagabundagem e desordem	85
vagabundagem e embriaguez	45
vagabundagem e furto	64
vagabundagem incomunicável	2
vagabundagem e insulto à autoridade	1
vagabundagem e obscenidades	3
vagabundagem/trabalho sem licença	3
vagabundagem/prática de atos imorais	3
vagabundagem e sem domicílio	4
vagabundagem e suspeita de furto	4
vagabundagem e tumulto	3
vagabundagem indiciado	1
vagabundagem/embriaguez/desordem	11
vagabundagem/palavras obcenas	1
vagabundagem, embriaguez e tumulto	1
vagabundagem/furto/quebra de termo	3
venda de armas proibidas	1
não consta	25
TOTAL	**1 511**

Em verdade, o que as fontes evidenciam é o gigantesco abismo social existente no Rio de Janeiro, responsável por lançar na pobreza extrema e na marginalidade um enorme contingente tanto de nacionais quanto de estrangeiros. Menezes sintetiza muito adequadamente o quadro social ao afirmar que os

> "estrangeiros despossuídos partilhavam, com nacionais negros e mulatos, formas materiais de existência muito próximas, marcadas pela pobreza e por dificuldades de toda ordem, onde a miséria e o crime estabeleciam uma dialética perversa. A tudo isto acrescentou-se o difícil papel de serem hóspedes numa terra que não lhes pertencia[21]".

Ao descrever o cotidiano dos caixeiros, a autora lembra que eles chegaram pobres e ignorantes em sua maioria, e assim permaneceram, *sendo muitos dos jovens jogados à rua em virtude de desentendimentos com o patrão, graças a acidentes de trabalho que interditavam sua volta ao mercado formal, ou como fruto de total abandono e despreparo*[22]. Aliás, acerca dos caixeiros, é de estarrecer o que revela Ribeiro: tinham direito a apenas duas tardes livres por ano [!] – o dia de N. S. da Glória (15 de Agosto) e o Natal[23].

No censo de 1890, apenas 0,7% se declararam capitalistas, enquanto 0,75% disseram o mesmo em 1920, portanto, três décadas depois. Isso vai frontalmente contra a noção de senso comum existente no Brasil de que todos os portugueses que para lá emigraram se tornaram ricos.

A pesquisa quantitativa encontrou um total de 19 082 portugueses detidos entre 1880 e 1930. Sua utilidade está em poder confirmar ou não as análises dos autores que trabalharam outros tipos fontes. Nossa proposta metodológica para este tipo de pesquisa foi a de acompanhar o aumento ou diminuição das detenções de acordo com acontecimentos do cotidiano e a conjuntura socioeconômica e política.

Eulália Lobo identificou 15 greves entre os anos de 1890 e 1893: carroceiros, estivadores, alfaiates, carpinteiros, navais, ferroviários e outros. Todos com contingente elevado de trabalhadores portugueses. Picos grevistas também foram encontrados nos anos 1903, 1911-13 e 1917-20[24]. A eficácia deste método só será possível mediante a combinação deste tipo de fator – no caso, a greve – a outros. Um exame da questão da carestia que, segundo Menezes, a partir de 1905 manteve-se como um dado permanente, com significativas altas nos anos de 1906, 1913, 1916 e 1919, pode ser um exemplo. E também com o custo dos transportes para os trabalhadores, cujos preços foram estáveis até 1905, para depois aumentarem continuamente ao longo do período, segundo a autora. O problema dos aluguéis e da falta de moradia em geral, o arrocho salarial e as idéias anarquistas presentes no movimento sindical também devem merecer análise, entre outros fatores, incluindo-se aí os políticos e a Primeira Guerra Mundial. Um bom exemplo disto é o ano de 1916 e início de 1917, quando se verificou a detenção de 801 portugueses. Trata-se, evidentemente, de sugestões que devem ser melhor elaboradas e serem transformadas em hipóteses. É importante também que se leve em conta os livros em péssimo estado de conservação, pois impedem um exame completo dos períodos, uma vez que alguns anos têm dois ou três livros, ao passo que outros apresentam até nove livros.

Tabela 6
Imigração Portuguesa – Planilha Quantitativa (Livros da Casa de Detenção)

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
05/12/1879 a 02/01/1880	175	
30/05 a 085/08/1880	183	
08/08 a 08/10/1880	160	518
15/02 a 29/03/1881	182	
12/03 a 29/04/1881	147	
23/05 a 08/07/1881	153	
29/07/1881 a 30/09/1881	248	
24/11/1881 a 19/01/1882	212	942
06/06 a 27/04/1882	175	
03/05 a 04/07/1882	158	
05/09 a 06/11/1882	195	528
15/01 a 28/02/1883	140	
28/02 a 21/04/1883	205	
26/04 a 25/06/1883	147	
26/06 a 29/08/1883	172	
28/10 a 08/12/1883	207	871
22/04 a a21/06 1884	203	
21/06 a 19/08/1884	214	
21/08 a 01/10/1884	193	
26/11/1884 a 07/02/1885	187	797
09/02 a a06/04/1885	189	
06/04 a a29/05/1885	202	
02/06 a a21/07/1885	129	
21/07 a 19/09/1885	155	
21/12/1885 a 27/01/1886	166	841
17/03 a 01/04/1886	200	
01/05 a 14/06/1886	191	
14/06 a 01/08/1886	168	
01/08 a 09/09/1886	179	
09/09 a 29/10/1886	190	928
10/06 a 25/06/1887	164	
12/06 a 21/06/1887	135	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
22/08 a 29/09/1887	155	
15/02 a 23/03/1887	189	
30/05 a 11/05/1887	155	
23/04/1887 a 07/02/1888	163	961
23/01 a 26/02/1888	165	
26/02 a 28/04/1888	180	
28/04 a 01/08/1888	193	
01/08 a 26/10/1888	183	721
12/07 a 08/08/1889	72	
13/11/1889 a 13/01/1890	171	243
01/03 a 30/04/1890	151	
30/04 a 30/061890	157	
04/06 a 06/09/1890	158	
08/09 a 04/11/1890	146	
05/11/ a 13/12/ 1890	160	
13/12/1890 a 25/01/1891	166	938
25/ 01 a 05/03/1891	188	
23/05 a 08/07 1891	106	
19/08 a 26/09/1891	163	
26/09 a 28/10/1891	178	635
26/ 02 a 02/04/1892	168	
20/05 a 28/06/1891	132	
06/ 09 a 11/10/1892	137	
22/11 a 31/12/1892	149	586
09/09 a 25/10/1893	104	
21/12/1983 a 13/02/1894	206	310
18/06 a 20/09/1894	175	
29/09 a 28/11/1894	129	304
19/04 a 21/06/1895	109	
29/11/1895 a 19/01/1896	115	224
19/01 a 10/03/1896	130	
13/03 a 02/5/1896	160	
02 a 06/05/1896	9	
26/06 a 10/08/1896	149	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
10/08 a28/09/1896	118	
11/11/1896 a 09/01/1897	151	717
26/04 a 21/06/1897	191	
09/06/ a 15/07/1897	155	
? /12/1901 a ?/ 12/1923	12	167
02/02 a 10/03/1902	118	
10/03 a 28/04/1902	134	
17/06 a 30/07/1902	108	
30/07 a 20/09/1902	98	458
22/01 a 27/02/1903	96	
31/03 a 03/05/1903	109	
03/05 a 16/06/1903	131	
31/07 a 27/09/1903	148	484
27/01 a 27/02/1904	174	
25/07 a 20/10/1904	122	296
11/10/1905 a 21/02/1905	139	
21/02 a 04/07/1905	149	288
10/06 a 22/08/1908	95	
10/10 a 27/11/1908	92	187
29/03 a 19/05/1909	73	
14/05 a 20/07/1909	93	
20/07 a 14/09/1909	80	
28/07 a 18/09/1909	55	
28/11 a 20/12/1909	72	373
09/11/1910 a 06/03/1911	89	
06/05 a 21/06/1911	71	
16/07 a 28/08/1911	65	
08/08 a 26/09/1911	80	
14/08 a 23/11/1911	54	
29/09 a 26/10/1911; 11 a 14/09/1911	70	429
08/05 a 15/06/1912	49	
15/06 a 27/07/1912	65	114
16/01; 17/01 a 11/03/1913	51	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
02/05 a 09/07/1913	63	
10/07 a 04/09/1913	74	
02 a 09/08/1913; 08/09/1913 a 14/03/1914	24	
15/09 a 15/11/1913	67	279
11/10/1913 a 30/04/1914	24	
17/11/1913 a 20/01/1914	64	
06/12/1913 a 22/01/1914	30	
28/01 a 10/03/1914	38	
02/05 a 03/10/1914; 28/10/1914	32	
27/06 a 21/09/1914	64	
09/09 09/12/1914	145	
24/09 a 05/12/1914	69	
20/03/1914 a 10/02/1915	48	
26/12/1915 a 05/01/1915	10	524
02/05 a 10/07/1915	59	230
19/05 a 02/07/1915	48	
11/07/1915 a 03/01/1916; 03 a 04/01/1916	58	
15/09 a 13/11/1915	65	
08/01 a 01/04/1916	75	
31/01 a 28/04/1916	66	
01/04 a 05/07/1916	81	
29/04 a 26/07/1916	53	
05/07 a 22/08/1916	51	
28/07 a 09/09/1916	68	
22/08 a 13/10/1916	84	
14/09 a 04/11/1916	97	
13/10 a 30/11/1916	74	
30/11/1916 a 22/01/1917	78	
26/12/1916 a 14/02/1916; 14/02 a 15/02/1917	74	801
22/01 a 03/04/1917	73	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
26/02 a 12/05/1917	75	
04/04 a 13/06/1917	73	
14/05 a 27/07/1917	68	
13/06 a 29/08/1917	76	
27/07 a 22/09/1917	61	
29/08 a 18/10/1917	63	
22/09 a 26/11/1917	73	562
12/1917 a 15/03/1918	86	
20/03 a 10/06/1918	70	
18/05 a 02/10/1918	65	
10/10/1918 a 15/12/1919	87	308
21/02 a 05/04/1919	48	
21/01 a 15/03/1920	66	
15 a 25/03/1920	133	
25/03 a 24/05/1920	66	
01/ a 07/06/1920; 10/06 a 05/08/1920; 09/08/1920	49	
23/08 a 01/11/1920	66	380
01/05;17 a 19/05;20 a 23/05; 25/05 a 15/07;27/07 a 02/08/1921	29	
10/07 a ?/11/1921	7	
05/08 a 07/11/1921	76	112
?/11/1921 a ?/02/1922	74	
12/04 a 25/06/1922	89	
25/07 a 10/11/1922	71	
10/11/1922 a 08/02/1922	75	309
08/02 a 25/05/1923	60	
20/04/1924 a 27/02/1925	214	
28/02/1925 a 23/02/1926	120	
12/03 a 23/10/1926	122	
23/10/1926 a 29/03/1927	116	358
29/03 a 02/06/1927	44	
28/09 a 30/11/1927	52	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
30/11/1927 a 25/01/1928	41	137
26/01 a 23/03/1928	53	
03/07 a 30/09/1928	56	
03/09 a 14/11/1928	51	
14/11/1928 a 16/01/1929	52	212
16/01 a 25/03/1929	52	
25/03 a 04/06/1929	33	
12/08 a 27/09/1929	32	
27/09 a 18/11/1929	32	
18/11 a 23/12/1929	26	
23/12/1929 a 24/01/1930	24	199
24/01 a 28/02/1930	39	
28/02 a 04/04/1930	39	
04/04 a 07/05/1930	33	
07/05 a 05/06/1930	39	
05/06 a 01/07/1930	31	
01/07 a 01/08/1930	36	
01/08 a 05/09/1930	27	
05/09 a 06/11/1930	33	
12/11/1930 05/01/1931	21	298
TOTAL		19082

CONCLUSÃO

Qualquer conclusão deve começar pela constatação de que os imigrantes portugueses foram vítimas da sociedade brasileira, como os demais estrangeiros e brasileiros pobres. Moradores da *pobre, insalubre, desprovida de pavimentação e infra-estrutura, habitada por trabalhadores humildes e pobres, parceiros de um mesmo universo de dificuldades, igualmente excluídos dos benefícios trazidos pelo poder e pelo progresso*[25].

Três exemplos de pessoas acidentadas no trabalho apontados por Menezes são emblemáticos, porque os três referem-se a portugueses, num livro que não se ocupa especificamente deles. Ao mesmo tempo que mostra um importante aspecto do cotidiano das classes populares no Rio de Janeiro, chama atenção para a relevância dos portugueses entre os operários da construção civil. Um chamava-se Alípio Lopes, acidentado no Moinho Inglês, 40 anos, viúvo;

outro era o Manoel Maia, 28, solteiro, que caiu do andaime; Constantino Corrêa, pedreiro, 17, solteiro, acidentou-se pela queda de parede.

Pessoas como esses trabalhadores se tornavam alvo da polícia tanto ao se tornarem indigentes devido a um acidente de trabalho que os impossibilitasse de trabalhar, quanto ao protestarem através dos sindicatos ou de outras formas de ação política contra as condições injustas as quais eram submetidos pelos seus patrões e pelo próprio governo, que sequer aos brasileiros menos aquinhoados defendia. Se se entregassem, seriam presos; se não aceitassem a humilhação da fome, também. Era dura a vida no Brasil, para os imigrantes e pobres em geral. Tão dura que muitos se entregaram ao alcoolismo e mesmo ao crime como forma de escapar da perversidade de seu cotidiano, que parecia impor aos integrantes das classes populares o trabalho de Sísifo.

BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Carlos Augusto (1986), *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Dois Pontos.

BRASIL, (1857), *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

BRETAS, Marcos Luiz (1997), *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, Rio de Janeiro: Rocco.

HOLLOWAY, Thomas H. (1997), *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.

MENEZES, Lená Medeiros de (1992), *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MENEZES, Lená Medeiros de (1996), *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

PAMPLONA, Marco António (2003), *Revoltas, repúblicas e cidadania*, Rio de Janeiro: Record.

RIBEIRO, Gladys Sabina (1990), *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo: Brasiliense.

SEVCENKO, Nicolau (1993), *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*, São Paulo: Scipione.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano (1998), "A capoeira escrava no Rio de Janeiro", in *Escravidão: ofícios e liberdade*, org. Jorge Prata de Sousa, Rio de Janeiro: APERJ.

NOTAS

1 MENEZES, 1996: 73.
2 MENEZES, 1996: 42-63.
3 LOBO, 2001: 42.
4 SOARES, 1998: 137.
5 BRASIL (*Coleção das Leis)*, 1857: 294-301.
6 HOLLOWAY, 1997: 189.
7 SOARES, 1998: 136.
8 MENEZES, 1992: 25.

9 RIBEIRO, 1990: 8.
10 PAMPLONA, 2003: 58.
11 LOBO, 2001: 21.
12 MENEZES, 1996: 71-74.
13 MENEZES, 1996: 71.
14 PAMPLONA, 2003: 58.
15 MENEZES, 1996: 147.
16 SEVCENKO, 1993: 39.
17 MENEZES, 1996: 131-132.
18 MENEZES, 1996: 67-68.
19 MENEZES, 1996: 132.
20 LOBO, 2001: 25.
21 LOBO, 2001: 85-86.
22 LOBO, 2001: 83.
23 RIBEIRO, 1990: 39.
24 LOBO, 2001: 52-53.
25 MENEZES, 1996: 39.